



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA
SANITÁRIA E AMBIENTAL – ABES/DN

CADERNO TEMÁTICO DE RESÍDUOS SÓLIDOS | VOLUME 1

VOZES DAS CATADORAS

UM DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO



VOZES DAS CATADORAS | UM DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

Caderno Temático da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/DN

Dezembro | 2025

Copyright © Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental

Permitida a reprodução desde que citada a fonte

ORGANIZADORES Joel Dias da Silva
Roseane Maria Garcia Lopes de Souza
Vania Elisabete Schneider

ELABORAÇÃO GT Comunicação da Câmara Temática de Resíduos Sólidos (CTRS/ABES)
GT de Coleta Seletiva da Câmara Temática de Resíduos Sólidos (CTRS/ABES)
GT DIADESOL da Câmara Temática de Resíduos Sólidos (CTRS/ABES)

FOTOS Neli de Souza Silva Medeiros | Cooperativa Solidária dos Recicladoras e Grupos Produtivos do Barreiro e Região
Wemersson Daniel | ASMAC / COOPERCATA

CAPA E PROJETO GRÁFICO LimiArt

FOTO DE CAPA Arte digital sobre foto de Gilberto Chagas | Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)

PRODUÇÃO EDITORIAL Editora Limiar Ltda

REALIZAÇÃO



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Vozes das catadoras [livro eletrônico] : um diagnóstico participativo / [organizadores Joel Dias da Silva, Roseane Maria Garcia Lopes de Souza, Vania Elisabete Schneider]. -- 1. ed. -- São Paulo : Editora Limiar, 2025. -- (Caderno temático de resíduos sólidos ; 1) PDF

Vários autores.
Vários colaboradores.

ISBN 978-65-87633-12-1

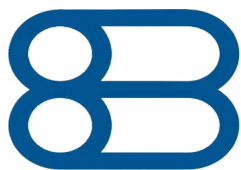
1. Catadores de resíduos 2. Cooperativismo 3. Economia solidária
4. Reciclagem (Resíduos etc.) 5. Resíduos - Gestão 6. Recuperação
(Resíduos, etc.) I. Silva, Joel Dias da.
II. Souza, Roseane Maria Garcia Lopes de.
III. Schneider, Vania Elisabete. IV. Série.

25-321591.0

CDD-363.728

Índices para catálogo sistemático :

1. Resíduos : Reciclagem : Problemas sociais 363.728
Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL (ABES)

Diretoria | Biênio 2024-2026

Presidente

MARCEL COSTA SANCHES

Vice-presidente

VANESSA BRITO SILVEIRA CARDOSO

Secretário-geral

JOSIVAN CARDOSO MORENO

Secretário-geral adjunto

ÁLVARO JOSÉ MENEZES DA COSTA

Tesoureiro-geral

LUIZ ROBERTO GRAVINA PLADEVALL

Tesoureira-geral adjunta

MARIA LÚCIA BERNARDES COELHO SILVA

Diretor regional Sul

LUIZ HENRIQUE BUCCO

Diretora regional Sudeste

KARINE DINIZ SOARES

Dir. regional Centro-Oeste

MÁRIO CÉZAR GUERINO

Diretora regional Nordeste

MARIA GENY FORMIGA DE FARIAS

Diretor regional Norte

RAINIER PEDRAÇA AZEVEDO



Avenida Beira-Mar, 216,
13º andar, Rio de Janeiro-RJ
CEP:20021.060



Tel.: (21) 2277-3900



relacionamento@abes-dn.org.br



<https://abes-dn.org.br/>

ELABORAÇÃO

Organizadores

JOEL DIAS DA SILVA

ROSEANE MARIA GARCIA LOPES DE SOUZA

VANIA ELISABETE SCHNEIDER

GT COMUNICAÇÃO DA CÂMARA TEMÁTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (CTRS/ABES)

Heliana Kátia Tavares Campos – **Coordenadora**
Barbara Cavalcanti
Joel Dias da Silva

Fabiana Lúcia Costa Santos
Monica Alves
Beliane Xavier

GT DE COLETA SELETIVA DA CÂMARA TEMÁTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (CTRS/ABES)

Vânia Elisabete Schneider – **Coordenadora**
Alice Libânia
Ana Ruth do Rosário
Andrea Pereira Fróes
Andrea Portugal
Arthur Rosa Públio
Bárbara Cavalcanti
Cristiane Pimenta
Davi Cavalcante
Denise Pontes Duarte
Diego Leite
Elen Dânia
Elisangela M. Rodrigues

Elisangela Rodrigues Rocha
Ellen Santos
Emília Rutkowski
Fabiana Lúcia Costa Santos
Kelma Maria Nobre Vitorino
Luciana Ribeiro
Pedro Alves Duarte
Pegge Sayonara Mendes
Regia Lúcia Lopes
Rodolfo Oliveira Costa
Wagna Dantas
Wermersson Oliveira Daniel

GT DIADESOL DA CÂMARA TEMÁTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (CTRS/ABES)

Paulo Robinson da Silva Samuel – **Coordenador**
Ana Ruth do Rosario
Bárbara Cavalcanti
Emília Rutkowski
Fábio Severo

Jussara Kalil
Luciana Ribeiro
Monica Alves
Regia Lúcia Lopes
Wagna Dantas

COLABORAÇÃO

Aline Chaves Alves / Breno Macedo / Tâmara Silva

SUMÁRIO

SOBRE A CTRS	8
APRESENTAÇÃO	10
JUSTIFICATIVA	11
METODOLOGIA DA CONSTRUÇÃO DO CADERNO	14
EIXO 1. VIDA, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA	15
1.1 Meio ambiente, fome e resistência	16
1.2 Infraestrutura, fé e esperança nas bases da reciclagem	16
1.3 Orgulho, identidade e pertencimento	17
1.4 Desastres, abandono e reconstrução da dignidade	18
1.5 Acolhimento, geração e cuidado: mulheres que sustentam o futuro	18
1.6 Agentes ambientais e a luta por políticas públicas eficazes	20
EIXO 2 CONTRATOS, RECONHECIMENTO E JUSTIÇA SOCIAL	21
2.1 Autonomia, modelo de gestão e reconhecimento institucional	22
2.2 Coleta seletiva com inclusão: contratos, compromisso e consciência social	22
2.3 Contratos, educação ambiental e inclusão dos catadores autônomos	23
2.4 Gênero, reconhecimento e justiça social	24
2.5 Trabalho invisível e luta por reconhecimento	24
2.6 Trabalho, dignidade e desigualdade estrutural	25
2.7 Coleta seletiva: o ponto de partida para a inclusão e a justiça social	26

EIXO 3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL, PARTICIPAÇÃO E CORRESPONSABILIDADE	27
3.1 Herança, educação ambiental e justiça de mercado	28
3.2 Educação, direitos e emancipação	28
3.3 Autonomia das organizações e resistência à subordinação	29
3.4 Gestão, corresponsabilidade e sustentabilidade dos empreendimentos	30
EIXO 4 GOVERNANÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS	31
4.1 Lei, reconhecimento e mobilização social	32
4.2 Exclusão tecnológica e invisibilidade no sistema de resíduos	32
4.3 Invisibilidade institucional e cuidado com a Terra	33
4.4 Inclusão real, justiça ambiental e responsabilidade compartilhada	34
4.5 Insegurança jurídica e fragilidade dos contratos públicos	35
4.6 Continuidade política e o desafio das gestões municipais	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS	37
GRUPOS DE TRABALHO	40
AGRADECIMENTOS	43

SOBRE A CTRS

A **Câmara Temática de Resíduos Sólidos (CTRS)** é um dos órgãos temáticos da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES Nacional), voltado para o debate técnico-institucional e para a proposição de políticas públicas no âmbito dos resíduos sólidos no Brasil. Sua atuação

conecta múltiplos atores — setor público (municípios, estados), setor privado, organizações de catadores de materiais recicláveis, academia e sociedade civil — com foco em promover a economia circular, a gestão sustentável dos resíduos e a inclusão produtiva.

DENTRE SEUS OBJETIVOS ESTÃO

Promover estudos, debates e proposições que atuem sobre problemas existentes ou potenciais na gestão de resíduos sólidos;

Incentivar a valorização social e produtiva de catadores e catadoras na gestão de resíduos, para além de sua atuação na reciclagem;

Estimular a produção e disseminação de conteúdos técnicos, notas técnicas, cartilhas, webinars e eventos para fortalecer capacidades técnicas, ambientais e institucionais, contribuindo para a proposição e avaliação de políticas públicas do setor, e

Fortalecer a articulação entre estados, regiões e nível nacional, por meio de coordenações regionais e estaduais, para que as práticas e políticas públicas sobre resíduos sejam intercambiadas e possam atingir de forma adaptada as diferentes realidades territoriais do país.

A **CTRS** conta com uma coordenação nacional, coordenações regionais e estaduais, e grupos temáticos (Working Groups, GTs), que focam em subtemas específicos da gestão de resíduos. A atuação se dá através de reuniões abertas, webinars, seminários técnicos, publicações e produção de materiais, bem como mobilização institucional junto a órgãos públicos e privados. A **CTRS** também funciona como fórum de articulação entre a ABES e outros parceiros nacionais e internacionais, ampliando o alcance das discussões e práticas no Brasil. A **CTRS** atua como ponte entre os desafios da base (cooperativas e as-

sociações de catadores, municípios) e as políticas públicas em âmbito nacional, oferecendo voz e visibilidade para atores frequentemente invisibilizados. Por meio de seus materiais e eventos, contribui para elevar o padrão técnico e institucional da gestão de resíduos sólidos no Brasil, alinhando-a aos objetivos da economia circular e das metas de proteção ambiental e de retorno de materiais à cadeia produtiva. Ao articular diferentes escalas — local, estadual e nacional — a **CTRS** favorece que as soluções não fiquem isoladas em grandes centros, mas se adaptem às diversas realidades do país.



APRESENTAÇÃO

O caderno **VOZES DAS CATADORAS** nasceu da necessidade de consolidar e divulgar ações voltadas à defesa da coleta seletiva e à valorização do trabalho de catadoras e catadores de materiais recicláveis. Sua elaboração foi subsidiada por duas atividades principais, concebidas como espaços de diálogo, escuta ativa e troca de saberes entre trabalhadoras, lideranças e instituições parceiras do setor.

A primeira ocorreu durante o espaço aberto da II Conferência Internacional de Resíduos Sólidos e Saneamento — **II CIRSOL**, realizada em Brasília, no período de 26 a 29 de agosto de 2025, com a iniciativa “Pitch das Catadoras”, que se configurou como um ambiente de construção coletiva e compartilhamento de experiências. A citada ação desencadeou a campanha nacional do DIADESOL¹, cujo tema — “Reciclável Limpo” — reafirma o compromisso com a qualidade dos materiais recicláveis e com o fortalecimento das redes de reciclagem solidária.

A segunda atividade foi o webinar “**VOZES DAS CATADORAS: Demandas e perspectivas**”, realizado no dia 30 de setembro de 2025, no canal da ABES no YouTube, que promoveu o diálogo entre catadoras brasileiras e convidadas internacionais, ampliando o olhar sobre os desafios e conquistas das mulheres que atuam na reciclagem em diferentes países. Essa troca intercultural reforçou a dimensão global

do trabalho das catadoras e destacou o papel das organizações de base e das políticas públicas no reconhecimento da profissão.

Entre os temas discutidos, destacaram-se as estratégias para manter o reciclável limpo, a definição de responsabilidades compartilhadas e a reflexão sobre os meios de comunicação mais eficazes para sensibilizar a sociedade quanto à importância da separação correta dos resíduos. O sucesso das políticas de reciclagem foi atribuído à integração entre o poder público, as organizações de catadores e os consumidores, bem como ao fortalecimento da educação ambiental e da corresponsabilidade social.

Foram ainda apontados os principais desafios enfrentados nacionalmente, como a carência de infraestrutura adequada para a coleta seletiva, a necessidade de capacitação contínua das equipes envolvidas, o reconhecimento profissional das catadoras e catadores e a urgência em assegurar contratos públicos que garantam remuneração justa pelos serviços ambientais prestados. Essa reflexão inicial evidencia a relevância do tema, e reforça o papel estratégico da Câmara Temática de Resíduos Sólidos (**CTRS**) da ABES Nacional, na articulação e fortalecimento de políticas de inclusão socioproductiva e sustentabilidade.

1. Dia Interamericano de Limpeza e Cidadania é também conhecido como DIADESOL das Américas, cuja expressão é de origem espanhola Dia de los Desechos Sólidos, e foi idealizado com objetivo de desenvolver atividades que despertem a consciência das populações da América Latina sobre as questões relativas aos resíduos sólidos.

JUSTIFICATIVA

As falas das participantes destacaram que a limpeza e a qualidade do material reciclável devem começar na origem, dentro das residências, comércios e instituições. A sociedade foi apontada como coautora do processo de pré-limpeza, sendo corresponsável pela entrega de resíduos em condições adequadas às cooperativas e associações de catadores.

Foi consenso que 90% dos materiais recicláveis passam pelas mãos dos catadores, sendo que a maior parte deste trabalho é realizada por mulheres, que acumulam múltiplas jornadas. Esse dado reforça a urgência de políticas de gênero e de valorização do trabalho feminino no setor.

As catadoras também defenderam que os órgãos públicos utilizem seus meios de comunicação — rádios comunitárias, mídias sociais e campanhas educativas — para promover educação ambiental continuada. A mudança de comportamento da população é vista como condição essencial para o êxito da coleta seletiva e para a sustentabilidade econômica das cooperativas e associações.

Os depoimentos evidenciaram uma série de desafios históricos e estruturais enfrentados pelas cooperativas e associações de catadores de resíduos recicláveis.

DENTRE OS PRINCIPAIS PONTOS LEVANTADOS ESTÃO

Falta de infraestrutura física (galpões, equipamentos e veículos adequados)

Baixo valor pago pelos contratos públicos, desproporcional ao serviço prestado

Insuficiência de recursos financeiros e instabilidade contratual

Ausência de mecanismos de remuneração por serviços ambientais, o que mantém a categoria dependente apenas da venda de materiais

Editais e chamamentos públicos que não priorizam cooperativas e associações de catadores

Apesar destas limitações, há forte demonstração de resiliência e capacidade organizativa. As experiências relatadas mostram que, onde há apoio municipal, a produtividade é expressiva — chegando a centenas de toneladas mensais —, confirmando o potencial das organizações de catadores como prestadoras de serviço ambiental essencial.


As falas também alertam para os impactos sociais e de saúde, especialmente entre mulheres que trabalharam em lixões, reforçando a necessidade de condições dignas, segurança e atendimento especializado. As contribuições internacionais reforçaram que

organização coletiva e reconhecimento legal são os pilares de uma política de reciclagem justa.

Experiências como a da Colômbia demonstram que, quando os catadores são reconhecidos como prestadores de serviço público e remunerados por tonelada coletada, há aumento de renda, formalização e dignidade.



No Chile, a inclusão dos recicladores na legislação nacional — com direitos, certificação e representação institucional — reforçou o papel das organizações de catadores na economia circular e na redução de resíduos destinados a aterros.

ESSAS EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS CONVERGEM EM PONTOS ESSENCIAIS




Formalização e certificação dos trabalhadores, com direitos garantidos e valorização profissional

Fortalecimento das cooperativas e associações como instrumentos de representação



Reconhecimento do valor econômico e ambiental do trabalho, que reduz custos públicos e amplia a sustentabilidade

Remuneração contínua e digna, desvinculada de editais temporários e condicionada ao serviço efetivamente prestado



As discussões também abordaram o papel dos municípios e da União na efetivação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a Lei nº 12.305/2010. Destacou-se que, embora o saneamento seja uma competência compartilhada entre União, Estados e Municípios, na prática, os municípios operam com poucos recursos e suporte técnico limitado. A ausência de fundos estruturantes e repasses regulares comprometem a sustentabilidade da coleta

seletiva, enquanto a resistência política à cobrança da taxa de resíduos inviabiliza investimentos em infraestrutura e capacitação. As participantes reforçaram que, a coleta seletiva por si só, não garante inclusão social. É necessário que catadores e catadoras sejam reconhecidos como prestadores de serviço ambiental, com pagamento regular e previsível. Esse reconhecimento é essencial para transformar a coleta seletiva em um instrumento efetivo de justiça socioambiental.



METODOLOGIA DA CONSTRUÇÃO DO CADERNO

O caderno **VOZES DAS CATADORAS – UM DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO** foi elaborado a partir da escuta ativa e sistematização de depoimentos de catadoras de materiais recicláveis, participantes de dois momentos de diálogo promovidos pela Câmara Temática de Resíduos Sólidos (CTRS) da ABES Nacional: o Pitch das Catadoras, realizado no espaço livre dentro da II Conferência Internacional de Resíduos Sólidos e Saneamento — II CIRSOL, realizada em Brasília, no período de 26 a 29 de agosto de 2025 e o Webinar “**VOZES DAS CATADORAS: Demandas e perspectivas**”, realizado no dia 30 de setembro de 2025, no canal da ABES no YouTube, promovido como espaço de debate e reflexão sobre os desafios da coleta seletiva e da inclusão produtiva no Brasil.

A metodologia consistiu na análise qualitativa das falas, buscando identificar temas recorrentes, percepções, demandas e proposições concretas expressas pelas participantes. A partir dessas falas, foram extraídos núcleos narrativos — como o direito à contratação pública, a necessidade de reconhecimento profissional, a desigualdade de gênero, as condições de trabalho, a infraestrutura, a remuneração justa e a corresponsabilidade ambiental da sociedade.

Esses conteúdos foram reorganizados e integrados em textos estruturantes, de caráter técnico e reflexivo, que dialogam com o pensamento e as diretrizes da Câmara Temática de Resíduos Sólidos – CTRS da ABES Nacional. O objetivo foi transformar a voz das catadoras em conhecimento coletivo e propositivo, conectando suas vivências às pautas estratégicas da gestão de resíduos sólidos no Brasil, com foco na valorização social, ambiental e econômica do trabalho das mulheres que cooperam com a reciclagem, enquanto área fundamental da proteção ao meio ambiente e da reintrodução de materiais em ciclos produtivos.

Assim, o Caderno constitui-se como um documento de referência para informar e sensibilizar, que alia escuta social, com análise técnica do discurso coletivo das catadoras e do compromisso institucional vigente, reafirmando o papel da ABES como articuladora da proposição e avaliação de políticas públicas, boas práticas e inclusão social na gestão dos resíduos.

EIXO 1

VIDA, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA

ESTE EIXO REÚNE
NARRATIVAS PESSOAIS
E COLETIVAS SOBRE A
ORIGEM, OS DESAFIOS E
OS SENTIDOS SIMBÓLICOS
DO TRABALHO COM A
RECICLAGEM



1.1 | MEIO AMBIENTE, FOME E RESISTÊNCIA

Muitas catadoras iniciam o trabalho ainda na infância, impulsionadas pela fome (sem, até mesmo, a oportunidade de ir à escola) e, mais tarde, encontram no meio ambiente um caminho de dignidade e transformação. O contato com a reciclagem começa como uma forma de sobrevivência, mas com o tempo se converte em consciência ambiental e em um modo de compreender o mundo.

Essa experiência revela como a realidade social e a questão ambiental estão profundamente entrelaçadas. A sustentabilidade, para grande parte dessas mulheres, não nasce de um discurso técnico, mas da urgência em garantir alimento e dignidade. O aprendizado sobre o meio ambiente emerge da

prática cotidiana e do enfrentamento direto das desigualdades.

A importância da união e da continuidade da categoria são ressaltadas como elementos essenciais de resistência. Diante das adversidades, o futuro depende da solidariedade entre catadoras e catadores: acolher quem ainda está nas ruas, fortalecer laços e construir pertencimento.

Essa reflexão traduz um princípio central da economia solidária: ninguém é descartável; todos podem ser protagonistas. O meio ambiente, nesse contexto, deixa de ser um conceito distante e passa a integrar a história de vida, luta e resistência de cada catadora.

1.2 | INFRAESTRUTURA, FÉ E ESPERANÇA NAS BASES DA RECICLAGEM

Em pequenas comunidades, a realidade das catadoras revela um retrato nítido da desigualdade na cadeia da reciclagem. A ausência de equipamentos, acesso limitado à água e o trabalho manual exaustivo continuam sendo obstáculos diários à dignidade do trabalho. Sem máquinas de triagem, esteiras ou prensas, as catadoras realizam a separação com as próprias mãos, vendendo o material em tiras ou por peso, em condições precárias e com baixo retorno financeiro.

Mesmo diante de tais dificuldades, a fé, a união e a esperança se mantêm como forças motrizes. As catadoras se organizam com o pouco que têm, apoiadas em vínculos de solidariedade entre colegas e na expectativa de um olhar mais atento do Poder Público. A fala demonstra que a luta por infraestrutura não é apenas por eficiência operacional — é

uma luta por reconhecimento, saúde, segurança e respeito.

A menção à parceria com a Prefeitura Municipal traduz a esperança de que o diálogo entre gestores e catadoras possa gerar soluções concretas. O apoio técnico e estrutural às pequenas organizações de catadores é vital para garantir que a reciclagem solidária alcance todos os territórios, do interior às capitais.

Tais experiências mostram que, as vozes das catadoras, ecoam mesmo nos lugares mais distantes, levando consigo a fé, o compromisso com o trabalho e o amor pela terra. É nas mãos destas mulheres, que transformam o pouco em muito, que se sustentará a base da Economia Circular brasileira.



1.3 | ORGULHO, IDENTIDADE E PERTENCIMENTO

O trabalho das catadoras transcende a dimensão econômica e se confunde com a própria identidade de vida, cultura e pertencimento comunitário. Em muitos territórios urbanos, a reciclagem é mais do que uma profissão: é um modo de existir, de educar os filhos e de construir dignidade diante das adversidades.

A relação das catadoras com o território é marcada por afeto e resistência. O ato de “catar” — tantas vezes estigmatizado — se transforma em símbolo de coragem, autonomia, persistência e fé no futuro. A coleta é também expressão de orgulho e reconhecimento do próprio valor: é o gesto de quem trabalha todos os dias para manter as cidades limpas e o planeta em equilíbrio, mesmo sem o devido reconhecimento.

As cooperativas e associações, nesse contexto, são extensões das histórias pessoais das mulheres que as fundaram e as mantêm vivas. Elas representam espaços de solidariedade, de troca e de fortaleci-

mento coletivo. Em muitos casos, essas mulheres veem nas conquistas institucionais — como reformas, visitas de prefeitos e reconhecimento público — sinais de um avanço histórico: a passagem da invisibilidade para a visibilidade social e política.

Essa esperança, porém, vem acompanhada de consciência: a valorização precisa ser contínua e estruturante, não limitada a gestos simbólicos ou promessas eventuais. As catadoras desejam estar “encaixadas” nas políticas públicas — integradas, ouvidas e respeitadas —, não apenas lembradas em momentos pontuais.

Entre a simplicidade e a força da fala, ecoa uma mensagem essencial: o que move essas mulheres é a fé, a alegria e a vontade de ver o trabalho coletivo florescer. A identidade catadora é, ao mesmo tempo, resistência e espiritualidade, um modo de cuidar da cidade e afirmar que, apesar de tudo, a dignidade pode nascer do que o mundo descarta.

1.4 | DESASTRES, ABANDONO E RECONSTRUÇÃO DA DIGNIDADE

Em diferentes regiões do país, catadoras e cooperativas enfrentam situações de extrema vulnerabilidade: incêndios em galpões, perda de equipamentos, destruição de estoques e ausência de qualquer apoio público ou privado. Esses eventos, além dos prejuízos materiais, representam o apagamento simbólico de anos de esforço coletivo, uma vez que, cada galpão destruído, é também a perda de um espaço de trabalho, de convivência e de pertencimento.

A recorrência de incêndios em unidades de triagem — como relatado em estados como Tocantins e Rio Grande do Norte — evidencia a falta de infraestrutura adequada, prevenção e amparo institucional. Sem coleta seletiva estruturada, sem apoio técnico e sem políticas de segurança, as catadoras tornam-se as primeiras e maiores vítimas das falhas do sistema público de gestão de resíduos.

A ausência de pagamento pelos serviços ambientais prestados agrava ainda mais o cenário. Mesmo realizando atividades essenciais à sustentabilidade urbana — triagem, separação, limpeza e enca-

minhamento dos recicláveis —, as organizações de catadores permanecem invisíveis no orçamento municipal e nas políticas de logística reversa. Ao mesmo tempo, enfrentam concorrência desleal de empresas privadas e atravessadores, que se apropriam dos materiais e dos resultados econômicos, sem compartilhar responsabilidades sociais.

Essa realidade leva muitas cooperativas à beira da falência, comprometendo a renda e a segurança alimentar de centenas de famílias. No entanto, mesmo diante da destruição, o relato das catadoras é de resiliência e reconstrução. Elas seguem reafirmando o valor do seu trabalho e o papel central da sociedade em reconhecer e apoiar a coleta seletiva solidária.

A reconstrução da dignidade começa no reconhecimento: cada catadora representa uma linha de resistência que mantém viva a economia circular, mesmo quando o poder público e o setor privado falham. O que elas pedem não é caridade, mas justiça, estrutura e respeito.

1.5 | ACOLHIMENTO, GERAÇÃO E CUIDADO: MULHERES QUE SUSTENTAM O FUTURO

Entre as muitas dimensões da realidade das catadoras, a história de mulheres que enfrentaram a pobreza, a deficiência, a maternidade e a exclusão social revelam o poder transformador das cooperativas como espaços de acolhimento e reconstrução de vidas. Essas mulheres, muitas delas com mais de 60 anos, carregam uma trajetória marcada pela luta diária para garantir o sustento dos filhos e pela busca de reconhecimento e dignidade no trabalho.

As organizações formadas majoritariamente por mulheres funcionam como redes de apoio mútuo e solidariedade, acolhendo aquelas que deixaram os lixões e oferecendo novas oportunidades para quem ainda vive em condições de vulnerabilidade. O trabalho coletivo é, ao mesmo tempo, um instrumento de autonomia econômica e de reparação social, especialmente para mulheres que enfrentam múltiplas camadas de exclusão: por gênero,

idade, deficiência e pobreza.

Apesar do empenho e da estrutura organizada de muitas dessas cooperativas, a falta de contratação pública e o não reconhecimento institucional ainda são obstáculos constantes. Mesmo em municípios com gestões atuantes e diálogo com o setor, as promessas de contratação e formalização permanecem sem efetivação. Essa lacuna perpetua a insegurança e impede o acesso a direitos previdenciários e trabalhistas — como o vínculo com o INSS e a aposentadoria por tempo de contribuição.

A presença de mulheres idosas nas cooperativas, longe de representar fragilidade, é símbolo de re-

sistência e continuidade histórica. Elas são guardiãs da memória e da identidade do movimento, transmitindo valores de solidariedade, ética do trabalho e compromisso com o meio ambiente.

O chamado dessas vozes é claro: é preciso transformar o reconhecimento simbólico em políticas públicas concretas — que assegurem contratação, proteção social e condições dignas de trabalho. As associações e cooperativas de mulheres catadoras demonstram que a reciclagem é também um ato de cuidado coletivo, onde cada material recuperado representa não apenas sustentabilidade ambiental, mas também reconstrução de vidas e esperanças.



1.6 | AGENTES AMBIENTAIS E A LUTA POR POLÍTICAS PÚBLICAS EFICAZES

Em diversas regiões do Brasil, as catadoras e catadores têm consolidado uma nova forma de organização política e institucional. O surgimento de movimentos locais e regionais fortalece o protagonismo das cooperativas e associações, que passaram a atuar como agentes ambientais e representantes de políticas públicas de base comunitária.

No entanto, a desigualdade de tratamento entre organizações de catadores conveniadas e não conveniadas permanece como um obstáculo à justiça institucional. Em muitos municípios, apenas parte das organizações é reconhecida formalmente, enquanto outras permanecem à margem do apoio financeiro e técnico, mesmo realizando o mesmo trabalho. Essa exclusão cria divisões e enfraquece a unidade da categoria, que busca o princípio básico da isonomia entre as organizações.

Outro ponto crítico é o modelo de repasse de recursos públicos. Em alguns casos, o apoio anual é condicionado à apresentação de notas fiscais e investimentos prévios, o que impõe um ônus insustentável às organizações de catadores. A exigência de que as catadoras antecipem recursos próprios para, só depois, receberem o pagamento por parte

do Poder Público, inverte a lógica da política social e aprofunda o endividamento das organizações.

Este fato revela também uma dinâmica de empurra-empurra institucional, marcada pela ausência de coordenação entre secretarias e pela falta de clareza sobre responsabilidades governamentais. A percepção de que o movimento dos recicladores é visto como “pedra no sapato” de gestores públicos traduz o desconforto de estruturas administrativas diante de um movimento que deixou de pedir ajuda para exigir direitos.

As catadoras reafirmam seu papel como trabalhadoras ambientais que sustentam suas famílias com o fruto do próprio trabalho — muitas vezes financiando os estudos de seus filhos com a renda proveniente da reciclagem. Elas não pedem assistencialismo, mas cumprimento da lei, respeito institucional e políticas públicas eficazes.

Os depoimentos sintetizam o amadurecimento político do movimento: as catadoras não aceitam mais ser tratadas como beneficiárias, mas como parceiras legítimas da gestão pública, conscientes de seu papel na economia circular e na sustentabilidade urbana.

EIXO 2

CONTRATOS, RECONHECIMENTO E JUSTIÇA SOCIAL

ABORDA AS REIVINDICAÇÕES
MAIS RECORRENTES:
FORMALIZAÇÃO DOS
CONTRATOS, REMUNERAÇÃO
JUSTA E RECONHECIMENTO
COMO PRESTADORAS DE
SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL



2.1 | AUTONOMIA, MODELO DE GESTÃO E RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL

Em meio a tantas histórias de exclusão e invisibilidade, algumas organizações de catadores brasileiras têm se tornado referências de arranjo interno e autonomia na gestão dos resíduos recicláveis. A trajetória de catadoras que saíram dos lixões, e hoje ocupam espaços de liderança institucional, revela o potencial transformador da formação, da mobilização e da formalização do trabalho coletivo.

O caso de uma cooperativa que atua desde 2012 exemplifica esse processo de amadurecimento. A partir da construção de contratos estáveis com o Poder Público, as catadoras conquistaram condições dignas de trabalho e valorização de sua atuação. Hoje, o modelo local serve de referência para outros municípios, mostrando que é possível estruturar relações contratuais transparentes, baseadas em planilhas de custo, logística, equipamentos de proteção individual e indicadores de desempenho.

Essas experiências demonstram que capacitação e diálogo qualificado com os gestores públicos são fatores determinantes para o fortalecimento das

organizações de catadores. As catadoras destacam a importância de “sentar de igual para igual” com os prefeitos e técnicos municipais, apresentando propostas técnicas e demonstrando competência administrativa — um contraponto à visão histórica de que o trabalho das catadoras é apenas assistencial.

O avanço conquistado, entretanto, não se restringe à formalização. Ele reflete um compromisso com a inclusão socioprodutiva, que busca incorporar catadores avulsos, pessoas em situação de rua e trabalhadores ainda presentes em lixões. Essa ampliação da base é um gesto político de solidariedade e de reafirmação da função social das organizações como instrumentos de transformação territorial.

O fortalecimento dessas experiências aponta para uma nova etapa do movimento de catadoras e catadores no Brasil — uma etapa em que o reconhecimento técnico e a gestão participativa caminham juntos. Quando o poder público estabelece diálogo e confiança com as cooperativas, cria-se um modelo que alia eficiência, justiça social e sustentabilidade ambiental.

2.2 | COLETA SELETIVA COM INCLUSÃO: CONTRATOS, COMPROMISSO E CONSCIÊNCIA SOCIAL

Apesar dos avanços alcançados com contratos firmados junto ao Poder Público, as catadoras apontam para a persistente morosidade na formalização e execução dos acordos. Projetos prontos não se concretizam, cronogramas são adiados e promessas de contratação são sucessivamente postergadas. Essa instabilidade compromete o planejam-

to das cooperativas e enfraquece a sustentabilidade econômica do serviço.

O fortalecimento dos contratos entre cooperativas e associações com prefeituras é apontado pelas catadoras como elemento-chave para garantir estabilidade, segurança social e dignidade laboral. A experiência de Sergipe demonstra que

a formalização contratual transforma a realidade das organizações, permitindo o acesso a direitos como férias, descanso remunerado e melhoria das condições de trabalho. Entretanto, essa conquista ainda é restrita a poucos territórios — o desafio é ampliar os contratos a todas as regiões e organizações de catadores do País, assegurando equidade na implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Os testemunhos revelam também uma crítica contundente à falta de compromisso da sociedade com o destino dos resíduos. Muitos moradores ainda não compreendem que “não existe fora”: tudo o que é descartado volta à coletividade sob a forma de impacto ambiental e custo social. Como lembram as catadoras, coleta seletiva sem catador é lixo — ou seja, não há reciclagem efetiva sem

o trabalho humano e solidário de quem transforma resíduos em recursos.

Ao mesmo tempo, o relato traz uma importante visão de futuro: a necessidade de ampliação dos contratos para incluir também a coleta e a triagem, garantindo remuneração digna e continuidade dos serviços. O reconhecimento do papel educativo e ambiental das catadoras também é o primeiro passo para consolidar políticas públicas de longo prazo, sustentáveis e justas.

Assim, o apelo das catadoras é claro: cumprir os contratos, ampliar as contratações e fortalecer a consciência coletiva. A coleta seletiva só cumpre sua função social quando é feita com justiça, inclusão e respeito a quem está na linha de frente do cuidado com o planeta.

2.3 | CONTRATOS, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INCLUSÃO DOS CATADORES AUTÔNOMOS

As associações e cooperativas de catadoras desempenham um papel central na mobilização porta a porta, em diversas cidades do País, sensibilizando moradores e esclarecendo sobre a importância da separação correta dos resíduos. Essa ação educativa é uma das bases mais consistentes para a sustentabilidade da coleta seletiva, pois transforma o cotidiano urbano em prática de cidadania e responsabilidade ambiental.

Destacaram também que a educação ambiental não é um dever exclusivo do catador, mas uma responsabilidade coletiva. Cabe à sociedade, às empresas e ao poder público adotar práticas coerentes com a sustentabilidade: separar o lixo corretamente, res-

peitar os horários de coleta, evitar o descarte incorreto e compreender que cada ação cotidiana impacta o meio ambiente e o trabalho das catadoras. Essa corresponsabilidade é o que diferencia uma cidade com coleta seletiva de uma cidade verdadeiramente sustentável.

Outro ponto essencial é a inclusão dos catadores autônomos, aqueles que atuam nas ruas, fora das cooperativas e associações. Projetos como o Conexão Cidadão, realizado pela EMLURB Recife, buscam dar visibilidade e reconhecimento a esses trabalhadores, assegurando que ninguém fique de fora da transição para um modelo mais justo e solidário de economia circular. A valorização desses catadores é

fundamental para romper com a invisibilidade histórica e integrar todos os elos da cadeia da reciclagem — do trabalhador informal às redes estruturadas.

Essa narrativa reafirma que a sustentabilidade só é

possível com justiça social. Contratar, reconhecer e incluir são verbos que precisam se transformar em políticas públicas permanentes, sustentadas por diálogo, participação e compromisso coletivo.

2.4 | GÊNERO, RECONHECIMENTO E JUSTIÇA SOCIAL

A luta das catadoras no Brasil é também uma luta de gênero. Em inúmeros municípios, a ausência de remuneração e o descaso do poder público afetam principalmente as mulheres, que representam a maioria absoluta nas organizações e assumem, simultaneamente, as responsabilidades pelo sustento familiar. Essa dupla jornada — produtiva e reprodutiva — evidencia a invisibilidade do trabalho feminino e a falta de políticas sensíveis às desigualdades estruturais que atravessam o setor.

Mesmo quando há parcerias com as prefeituras e disponibilidade de equipamentos, como caminhões ou galpões, as cooperativas continuam sem receber pelos serviços prestados. Gestores municipais ignoram ofícios, recusam diálogo e perpetuam um ciclo de exploração e indiferença. A ausência de mecanismos legais que obriguem o poder público a contratar organizações de catadores solidárias mantém o trabalho das catadoras à margem da formalidade e do reconhecimento econômico.

O apelo por uma legislação específica — municipal,

estadual ou nacional — que assegure a contratação direta e o pagamento justo pelo serviço prestado, reflete uma demanda urgente por equidade e valorização. Não se trata apenas de uma reivindicação financeira, mas de dignidade e cidadania.

A fala de uma catadora sintetiza esse sentimento coletivo: é vergonhoso que gestoras e gestores públicos deixem de reconhecer o papel social e ambiental das mulheres que sustentam a coleta seletiva em seus territórios. Essa indignação traduz o orgulho e a força de quem resiste — mulheres que não pedem favores, mas exigem direitos.

A valorização das catadoras requer políticas públicas estruturantes, baseadas em contratos permanentes, capacitação técnica, previdência social e remuneração pelos serviços ambientais prestados. Somente assim será possível romper com a lógica histórica que mantém o trabalho feminino invisível, não pago e desprotegido, e garantir que as catadoras sejam vistas como agentes centrais de justiça social, econômica e ambiental.

2.5 | TRABALHO INVISÍVEL E LUTA POR RECONHECIMENTO

A realidade das catadoras e catadores de materiais recicláveis em diversos estados do País evidencia uma profunda assimetria entre o valor social do

trabalho realizado e a ausência de reconhecimento formal e econômico. Mesmo prestando serviços ambientais de relevância pública — como a triagem

de resíduos e a coleta seletiva, em alguns casos —, muitas organizações atuam sem remuneração adequada, em condições que se aproximam da informalidade e, por vezes, da exploração.

Em alguns municípios, contratos de Educação Ambiental destinam valores simbólicos e insuficientes, enquanto empresas consorciadas recebem montantes expressivos e mantêm contratos de longo prazo, sem repassar recursos às organizações locais. Essa situação revela um modelo desigual, no qual quem realiza o serviço essencial permanece à margem dos benefícios e das decisões.

As catadoras reivindicam a implementação de sub-contratos e mecanismos de remuneração direta, garantindo que as cooperativas e associações recebam pelos serviços que prestam. A luta pelo pagamento por serviços ambientais é também uma luta pela dignidade e cidadania. As trabalhadoras afirmam: “não somos escravos”, denunciando que o

tempo da invisibilidade e do trabalho gratuito deve terminar.

Além da remuneração, há uma demanda urgente por reconhecimento legal e previdenciário. A categoria busca assegurar direitos trabalhistas básicos, como aposentadoria, acesso à saúde, licença-maternidade e segurança social. Embora os catadores estejam incluídos na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), as políticas públicas ainda não alcançam a realidade do trabalho cotidiano nas organizações de catadores.

Esse conjunto de reivindicações traduz um clamor coletivo por justiça social e igualdade de condições. Ser reconhecido como prestador de serviço público não é apenas uma questão de status, mas de sobrevivência. O trabalho das catadoras é essencial para o meio ambiente, e o reconhecimento institucional e econômico é o primeiro passo para romper com séculos de desigualdade e exclusão.

2.6 | TRABALHO, DIGNIDADE E DESIGUALDADE ESTRUTURAL

Entre as inúmeras expressões de resistência, o cotidiano das catadoras revela um conjunto de desigualdades estruturais persistentes. Em diversas regiões do país, especialmente nas áreas periféricas e da Amazônia, a jornada de trabalho se estende por longas distâncias, muitas vezes superando 10 quilômetros diários a pé, debaixo de sol e chuva, sem acesso a condições básicas de higiene, água potável ou banheiros.

Essas condições denunciam a ausência de infraestrutura mínima para o exercício de uma atividade que, paradoxalmente, beneficia toda a sociedade. As catadoras enfrentam obstáculos físicos e emo-

cionais, guiadas pela urgência de garantir o alimento, a educação e a sobrevivência de suas famílias. A precariedade das condições de trabalho contrasta com o papel essencial que desempenham na gestão ambiental e na economia circular.

O relato reflete também uma ética do trabalho profundamente enraizada. Mesmo diante das dificuldades, as catadoras reafirmam o valor do esforço e da honestidade, contrapondo-se à marginalização e à indiferença social. Trabalhar, ainda que com o “sol do rosto”, é expressão de dignidade, fé e compromisso com a vida.

A religiosidade aparece como elemento de sustentação simbólica — uma força espiritual que alimenta a resistência e reforça o sentimento de pertencimento coletivo. A fé, nesse contexto, não é apenas devoção individual, mas também um gesto político de esperança, que sustenta o cotidiano e a luta por direitos.

Essas narrativas evidenciam que a desigualdade ambiental e desigualdade social caminham juntas.

2.7 | COLETA SELETIVA: O PONTO DE PARTIDA PARA A INCLUSÃO E A JUSTIÇA SOCIAL

A coleta seletiva é o eixo estruturante de toda a cadeia da reciclagem. Sem ela, o trabalho das catadoras e catadores se torna inviável economicamente e invisível socialmente. Essa constatação se repete em diferentes regiões do país: sem coleta seletiva implantada e operada com responsabilidade social, não há material suficiente, nem renda, nem dignidade para as cooperativas.

A realidade descrita pelas catadoras revela que as grandes empresas continuam sendo as principais contratadas pelos municípios, recebendo recursos expressivos por tonelada de material recolhido, enquanto as organizações de catadores — que efetivamente garantem a triagem e a destinação correta dos resíduos — trabalham sem remuneração adequada. Há uma distorção estrutural no modelo de gestão de resíduos: quem faz o serviço de base raramente é reconhecido como prestador legítimo.

As catadoras defendem que a coleta seletiva seja

Garantir condições dignas de trabalho, acesso à água e infraestrutura básica para as catadoras é também uma forma de justiça ambiental. O reconhecimento do valor desse trabalho deve ser acompanhado por políticas públicas que assegurem cidadania, segurança e dignidade a quem transforma o resíduo em meio de sobreviver no futuro.

executada prioritariamente por cooperativas e associações locais, conforme prevê a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Além disso, propõem que as organizações de catadores sejam contratadas também para atuar em eventos, festas, estádios e grandes aglomerações, garantindo que os resíduos gerados nesses espaços recebam destinação ambientalmente adequada e, ao mesmo tempo, gerem trabalho e renda para centenas de famílias.

Esse reconhecimento não é apenas uma medida social, mas uma estratégia de sustentabilidade urbana. Quando a coleta seletiva é feita de forma justa e solidária, ela reduz custos municipais com disposição final, amplia a vida útil dos aterros, promove educação ambiental e gera inclusão produtiva.

A coleta seletiva é, portanto, mais que uma etapa técnica — é uma porta de entrada para a cidadania e para a justiça socioambiental.

EIXO 3

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, PARTICIPAÇÃO E CORRESPONSABILIDADE

ENVOLVE OS TEMAS
DA SENSIBILIZAÇÃO
DA SOCIEDADE,
RESPONSABILIDADE
COMPARTILHADA E PAPEL
EDUCATIVO DAS CATADORAS



3.1 | HERANÇA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E JUSTIÇA DE MERCADO

A trajetória de muitas catadoras está enraizada em histórias familiares de luta e continuidade. Em diversas associações, o trabalho iniciado por mães e avós segue vivo nas novas gerações, simbolizando a transmissão intergeracional de valores, saberes e resistência. Essa herança reafirma que o trabalho com resíduos recicláveis é mais que uma atividade econômica: é parte da identidade coletiva das comunidades que sustentam a reciclagem solidária no Brasil.

A Educação Ambiental emerge como um eixo central desse legado. As catadoras realizam, de forma cotidiana e espontânea, ações de sensibilização junto às escolas, empresas e moradores, ensinando a separar corretamente os materiais e a compreender o impacto de cada gesto sobre o meio ambiente. Apesar de sua importância, esse papel educativo raramente é reconhecido como serviço público ou remunerado — o que evidencia uma invisibilidade institucional do trabalho pedagógico desempenhado pelas associações e cooperativas.

Outro ponto de destaque é a necessidade de mudança no comportamento da sociedade, que ainda confunde material reciclável com lixo e descarta de

forma inadequada, expondo as catadoras a riscos de acidentes e contaminações. O manejo incorreto de resíduos, como o descarte de vidros quebrados misturados a recicláveis, continua sendo uma ameaça cotidiana à segurança das trabalhadoras.

Além da dimensão social e educativa, há também um componente econômico e estrutural. A ausência de indústrias locais para a compra de materiais recicláveis cria dependência e vulnerabilidade no mercado. A valorização do material reciclável oscila conforme o interesse das grandes empresas, o que impede as organizações de planejar e crescer de forma autônoma. As catadoras defendem a criação de indústrias regionais e parcerias locais, que possibilitem venda direta, autonomia econômica e equilíbrio na cadeia produtiva.

Essa narrativa expressa uma visão madura de sustentabilidade: educação, segurança e justiça de mercado são pilares inseparáveis de uma reciclagem verdadeiramente inclusiva. A luta dessas mulheres, enraizada na memória de suas famílias, projeta um futuro em que o trabalho das catadoras é reconhecido como essencial à economia circular e à transformação social.

3.2 | EDUCAÇÃO, DIREITOS E EMANCIPAÇÃO

A formação das catadoras vai além do trabalho manual com o reciclável: ela é também um processo de formação cidadã e política. O conhecimento sobre direitos, deveres e mecanismos institucionais transforma a forma como essas mulheres se posicionam diante do poder público. Compreender a legislação, as responsabilidades dos gestores e os

instrumentos legais disponíveis — como fóruns, assessorias jurídicas e o Ministério Público — fortalece a capacidade de diálogo e de reivindicação da categoria.

A trajetória de mulheres que, após anos de luta, conseguem acessar o ensino superior simboliza

o poder emancipador da educação. A conquista de um diploma é também um ato político: representa a passagem da invisibilidade à representação, da margem ao centro da discussão pública.

Mas essa caminhada é marcada por sacrifícios profundos. Muitas catadoras viveram experiências de extrema vulnerabilidade — criaram filhos em meio aos lixões, enfrentaram a exclusão e o preconceito —, e ainda assim, resistiram. Transformaram a dor em propósito e o trabalho em ferramenta de mudança social.

Essas vozes mostram que o empoderamento não se limita à autonomia financeira: ele nasce da cons-

ciência de pertencimento e de poder coletivo. A luta por reconhecimento passa também pela valorização do saber construído na prática, no chão dos galpões das organizações de catadores, nas ruas e nos bairros.

O chamado que emerge dessas falas é claro: que todas as catadoras reconheçam o próprio valor, busquem seus sonhos e ocupem os espaços de decisão. O futuro da coleta seletiva justa e inclusiva depende não apenas de leis, mas de mulheres que se formam, se organizam e se erguem juntas — com coragem, dignidade e saber.

3.3 | AUTONOMIA DAS ORGANIZAÇÕES E RESISTÊNCIA À SUBORDINAÇÃO

As experiências relatadas em diferentes regiões do País evidenciam um novo desafio para as organizações de catadoras e catadores: a tentativa de captura do trabalho coletivo por empresas privadas que buscam utilizar a estrutura física e o conhecimento das organizações sem reconhecer sua autonomia. Em alguns municípios, propostas empresariais visam instalar equipamentos e assumir o controle operacional dentro das associações e cooperativas, transformando as trabalhadoras em funcionárias subordinadas de empreendimentos terceirizados.

Essa prática representa uma forma contemporânea de subordinação econômica e simbólica, que ameaça a essência do cooperativismo solidário. As catadoras reafirmam que o trabalho coletivo se baseia na autogestão, na horizontalidade e na independência institucional, princípios que não podem ser negociados em troca de contratos vantajosos para o

setor privado.

A resistência das associações e cooperativas tem sido articulada com base no conhecimento da legislação e na mobilização política local. A defesa dos contratos públicos diretos — e não de modelos intermediados por empresas — é uma estratégia para preservar a autonomia conquistada e assegurar que o valor gerado pela reciclagem permaneça nas comunidades que realizam o trabalho.

Ao recusar propostas que desvirtuam o caráter social do cooperativismo, as catadoras afirmam sua condição de sujeitos políticos e econômicos. Elas não aceitam “ter patrões novamente”, pois reconhecem que o verdadeiro avanço está em consolidar relações de parceria com o poder público baseadas em transparência, respeito e reconhecimento técnico.

Essa postura expressa um amadurecimento do

movimento: a consciência de que autonomia é condição de dignidade. A luta das catadoras contra a privatização disfarçada e pela manutenção de sua autogestão reflete a essência da economia soli-

dária — um modelo que se sustenta na confiança coletiva, na experiência acumulada e na soberania sobre o próprio trabalho.

3.4 | GESTÃO, CORRESPONSABILIDADE E SUSTENTABILIDADE DOS EMPREENDIMENTOS

O fortalecimento das organizações de catadoras e catadores depende não apenas do reconhecimento público e das políticas de inclusão, mas também da gestão eficiente e transparente do próprio empreendimento. As catadoras têm afirmado que, para além dos direitos conquistados, há também deveres inerentes à condição de prestadoras de serviço público.

A autogestão é um pilar da economia solidária. Significa administrar recursos, manter equipamentos, organizar finanças, prestar contas e garantir continuidade operacional — independentemente de mudanças de governo ou de apoio eventual. Essa responsabilidade é vital para preservar a credibilidade das organizações de catadores perante o poder público e assegurar que os contratos firmados sejam executados com qualidade, segurança e estabilidade.

O desafio da sustentabilidade financeira das organizações exige profissionalização e controle administrativo. É preciso planejar custos, manter veículos e maquinários, realizar manutenções preventivas, gerir combustíveis e honrar compromissos com fornecedores e com demandantes do produto do seu trabalho. Quando esses processos falham, o risco é duplo: o serviço é interrompido e o movimento perde legitimidade junto às prefeituras e à sociedade.

A narrativa das catadoras revela uma consciência coletiva amadurecida: a inclusão plena depende tanto do reconhecimento institucional quanto da responsabilidade interna. A economia solidária, nesse contexto, é também uma escola de gestão — um espaço de aprendizado sobre contratos, contabilidade, governança e planejamento. O cuidado com o empreendimento é parte do cuidado com a categoria, com o meio ambiente e com o futuro.

EIXO 4

GOVERNANÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS

DISCUTE O PAPEL DO PODER PÚBLICO, DA INDÚSTRIA E DAS POLÍTICAS NACIONAIS. CONECTA AS FALAS À PNRS, À LOGÍSTICA REVERSA E À ECONOMIA CIRCULAR.



4.1 | LEI, RECONHECIMENTO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

O trabalho das catadoras e catadores de materiais recicláveis é respaldado por um marco legal nacional: a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). Essa lei estabelece, de forma inequívoca, que cooperativas e associações de catadores têm prioridade na contratação dos serviços de coleta seletiva e triagem, com dispensa de licitação. No entanto, a realidade mostra que essa prioridade raramente é cumprida — a legislação existe, mas o seu alcance ainda é limitado pela falta de vontade política, de fiscalização e de reconhecimento institucional.

A narrativa das catadoras aponta para uma contradição central: há lei, mas falta aplicação. Enquanto novas normas são criadas, as existentes seguem ignoradas. Muitos lixões continuam ativos, e outros foram encerrados sem a devida inclusão produtiva e social das catadoras, como se o fechamento físico do espaço eliminasse também o problema social — e, junto com ele, as pessoas que dele sobreviviam.

A urgência, portanto, é de efetividade: que os governos municipais e estaduais cumpram e façam

cumprir o que já está garantido em lei. Isso significa contratar organizações de catadores, assegurar remuneração justa e incluir formalmente as catadoras nos sistemas públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

Mas essa efetividade não virá sem mobilização. As catadoras reforçam a importância de ocupar os espaços públicos e políticos, de cobrar do poder público, e de exigir fiscalização e cumprimento da lei.

A cidadania ativa se torna instrumento de resistência e de transformação. As cooperativas e associações precisam se organizar localmente, fortalecer redes, envolver o Ministério Público e os órgãos de controle, e garantir que o direito à inclusão produtiva seja respeitado como um dever de Estado.

Essas vozes reafirmam que a dignidade não se implora, se conquista com organização e coragem. O reconhecimento legal é o ponto de partida; o reconhecimento social e político é o caminho a ser trilhado coletivamente.

4.2 | EXCLUSÃO TECNOLÓGICA E INVISIBILIDADE NO SISTEMA DE RESÍDUOS

Um dos gargalos mais críticos identificados pelas catadoras é a ausência de pagamento pelos serviços ambientais prestados e a falta de reconhecimento institucional do papel que desempenham na gestão dos resíduos urbanos. A coleta, triagem e destinação adequada de materiais recicláveis são atividades de interesse público, mas ainda tratadas de forma marginalizada em muitos municípios brasileiros.

A transição de sistemas manuais de coleta seletiva para modelos mecanizados de gestão de resíduos,

sem inclusão das associações e cooperativas, tem gerado processos de exclusão social. Máquinas e empresas privadas assumem a triagem, absorvendo apenas uma parcela mínima dos catadores e deixando centenas de famílias sem fonte de renda. Essa substituição tecnológica, quando não acompanhada de políticas compensatórias, aumenta a desigualdade e ameaça a existência das cooperativas.

Em alguns municípios, a legislação local permite que empresas privadas colem e comercializem

resíduos recicláveis, destinando apenas percentuais simbólicos — como 5% — às associações e cooperativas. Esse modelo perpetua a concentração econômica e a injustiça ambiental, transformando um direito em concessão. A exclusão gradual dos catadores compromete a dimensão social da reciclagem e reduz a efetividade da economia circular.

Outro problema recorrente é o desvio de resíduos recicláveis, principalmente os gerados por grandes empresas e comércios, que frequentemente comercializam o material por conta própria, sem observar as diretrizes da logística reversa e sem repasse às associações e cooperativas. Essa prática representa perda de oportunidade social e ambiental, pois impede que o resíduo cumpra sua função de inclusão produtiva.

As catadoras defendem que a sociedade reconheça e valorize o trabalho dos catadores, assumindo a responsabilidade de separar corretamente os resíduos e exigir que o material chegue às associações e cooperativas. A ausência de fiscalização e o baixo engajamento social ampliam a invisibilidade do setor, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde a precariedade dos contratos e a descontinuidade das políticas públicas são mais intensas.

A luta das catadoras, nesse contexto, é também uma luta por pertencimento e permanência. Diante da ameaça de mecanização e exclusão, elas reafirmam o direito de continuar existindo como parte essencial da cadeia da reciclagem, exigindo respeito, reconhecimento e participação ativa na formulação das políticas públicas.

4.3 | INVISIBILIDADE INSTITUCIONAL E CUIDADO COM A TERRA

Em muitos municípios, as organizações de catadoras enfrentam uma contradição marcante: possuem estrutura física adequada e capacidade operacional, mas permanecem invisíveis aos olhos do poder público. Mesmo quando há contratos ou termos de compromisso formalizados, o repasse de recursos e o reconhecimento institucional não se concretizam. Essa ausência de parceria com as prefeituras inviabiliza a continuidade do trabalho e evidencia a fragilidade das políticas municipais de inclusão socioprodutiva.

A narrativa revela que, mesmo com caminhões, equipamentos e infraestrutura disponíveis, a ausência de apoio político impede que as organizações avancem. O atraso ou a recusa no pagamento pelos serviços prestados é um dos principais entraves, tornando as catadoras reféns de promessas

não cumpridas e da descontinuidade administrativa.

A falta de comprometimento dos gestores locais não apenas compromete a renda das famílias, mas também desestimula a participação social da população, que, sem incentivo ou orientação, continua misturando resíduos recicláveis com rejeitos e orgânicos. Essa negligência coletiva perpetua o ciclo de desperdício e exclusão.

Entretanto, da crítica surge também uma mensagem de esperança e consciência ambiental. As catadoras compreendem que seu trabalho vai além da coleta: é cuidado com o planeta Terra. Suas falas expressam um profundo senso de responsabilidade ecológica e pertencimento, reconhecendo que a Terra é viva e está em sofrimento. A degradação ambiental é percebida não apenas como um fenô-

meno técnico, mas como uma ferida moral e social.

A reflexão é direta: “a Terra está pedindo socorro”. Essa frase sintetiza uma visão de mundo na qual a reciclagem é um ato de amor e de reparação ambiental. Para essas mulheres, cuidar do meio ambiente é cuidar da própria vida e das fu-

turas gerações.

O desafio, portanto, é político e ético: sem apoio institucional, o trabalho das catadoras é sufocado; sem consciência social, o planeta adoece. A defesa da Terra e a luta por dignidade caminham juntas — duas faces da mesma resistência.

4.4 | INCLUSÃO REAL, JUSTIÇA AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA

Em diversas regiões do Brasil, as catadoras denunciam um padrão recorrente nas políticas públicas de gestão de resíduos: a inclusão simbólica sem estrutura real. O fechamento de lixões, embora necessário, tem ocorrido em muitos municípios sem planejamento social e econômico adequado, resultando na transferência da precariedade para dentro dos galpões de triagem.

O simples deslocamento dos catadores de um lixão para um espaço urbano sem infraestrutura, equipamentos ou contratos não representa inclusão — é apenas mudança de cenário, não de condição. Em muitos casos, as catadoras afirmam que “tiravam sustento melhor do lixão do que no galpão”, pois na cidade enfrentam disputa por material, baixos repasses e ausência de apoio institucional.

A superação dessa realidade exige que os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) sejam efetivos, com inclusão formal da coleta seletiva e remuneração pelos serviços de triagem. Sem essa estrutura, o trabalho das catadoras permanece invisível e subvalorizado, apesar de ser fundamental para o funcionamento da eco-

nomia circular e da política nacional de resíduos sólidos.

As catadoras destacam ainda o impacto das falhas na cadeia industrial e na logística reversa. O retorno de materiais recicláveis à ponta do sistema ocorre, muitas vezes, com contaminação e mistura de polímeros, o que inviabiliza a comercialização e compromete a sustentabilidade econômica das organizações de catadores. A responsabilidade compartilhada, prevista em lei, precisa ser efetivada: fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes devem responder pelo ciclo completo de seus produtos, garantindo qualidade, rastreabilidade e destinação adequada.

Essas vozes reforçam que não há economia circular sem justiça social. As catadoras estão na linha de frente da sustentabilidade, executando o trabalho mais pesado e menos valorizado da cadeia produtiva. O reconhecimento como profissionais ambientais e o fortalecimento da infraestrutura pública são condições essenciais para romper com a exclusão histórica e consolidar uma inclusão real, justa e sustentável.

4.5 | INSEGURANÇA JURÍDICA E FRAGILIDADE DOS CONTRATOS PÚBLICOS

Apesar dos avanços conquistados nas últimas décadas, a realidade das organizações de catadoras e catadores ainda é marcada por insegurança jurídica e instabilidade institucional. Em muitos municípios, mesmo após anos de atuação reconhecida, as associações e cooperativas permanecem sem contratos formais com o poder público, dependendo de convênios precários ou de acordos temporários que podem ser suspensos a qualquer momento.

A legislação, embora reconheça a importância das organizações de catadores na gestão dos resíduos sólidos, não estabelece com clareza a obrigatoriedade da contratação pelo poder público. Essa lacuna normativa gera incerteza, pois permite interpretações divergentes entre os gestores municipais e fragiliza o vínculo institucional das organizações de catadores.

Muitas vezes, a simples tentativa de reivindicar direitos ou cobrar o cumprimento de leis resulta em retaliações políticas ou na ameaça de perda de contratos existentes. Esse cenário evidencia a as-

simetria de poder nas relações entre associações e cooperativas com governos locais, nas quais as catadoras se veem obrigadas a negociar a continuidade de seus serviços em condições de vulnerabilidade.

A ausência de dispositivos legais que assegurem contratação direta, previsibilidade financeira e proteção jurídica limita a expansão da coleta seletiva solidária e perpetua a dependência de decisões políticas pontuais. O fortalecimento do marco normativo é, portanto, essencial para garantir estabilidade, segurança institucional e valorização efetiva das organizações de catadores como prestadoras de serviço público ambiental.

Essa reflexão reafirma um ponto central das vozes das catadoras: a luta por reconhecimento jurídico é também uma luta por respeito e permanência. Enquanto as brechas legais persistirem, o trabalho ambiental e social das catadoras e catadores continuará sendo essencial, porém invisibilizado.

4.6 | CONTINUIDADE POLÍTICA E O DESAFIO DAS GESTÕES MUNICIPAIS

A realidade das organizações de catadoras é marcada por uma constante instabilidade política e institucional. A cada ciclo eleitoral, o que deveria ser um processo contínuo de fortalecimento da coleta seletiva se transforma em recomeço e incerteza. Mudam os gestores, mudam os partidos, e com eles se interrompem contratos, parcerias e compromissos firmados anteriormente.

Essa descontinuidade prejudica não apenas as or-

ganizações de catadores, mas toda a estrutura de gestão ambiental municipal, que perde eficiência e rompe laços de confiança. A ausência de políticas públicas permanentes, amparadas por instrumentos legais de longo prazo, obriga as catadoras a repetir frequentemente as mesmas lutas — pela reunião, pelo diálogo, pela renovação contratual e pela manutenção de direitos já conquistados.

Mesmo quando há avanços, como a assinatura de

contratos estruturados para quatro anos — divididos entre duas gestões municipais —, a alternância partidária frequentemente desrespeita os compromissos firmados. Isso demonstra a fragilidade da governança local e a falta de mecanismos que garantam a continuidade das políticas ambientais e sociais independentemente das mudanças políticas.

Essa condição revela um problema estrutural: a personalização da política pública, que depende da vontade individual de prefeitos e secretários, em vez de se basear em marcos institucionais está-


veis. Enquanto isso, o trabalho das catadoras e catadores permanece suspenso entre a esperança e o improviso — lutando diariamente para manter o sustento, a organização e o direito à cidade.

A persistência dessas mulheres diante de um sistema, que se renova sem planejar, simboliza o sentido mais profundo da resistência. A cada gestão, recomeçar deixa de ser apenas uma necessidade e se torna uma forma de sobrevivência. Garantir continuidade política é, portanto, condição essencial para transformar a reciclagem solidária em política de Estado — e não apenas de governo.


CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS




O encontro resultou em consensos fundamentais e recomendações práticas para fortalecer a reciclagem solidária e promover a justiça ambiental:




Reconhecer o protagonismo das catadoras, que representam a maioria no setor, garantindo espaço nas instâncias de decisão;




Tratar a limpeza do material reciclável como responsabilidade compartilhada entre poder público, sociedade e setor privado;




Garantir remuneração justa e permanente pelos serviços ambientais prestados;




Implementar políticas públicas estruturantes de apoio às organizações, com financiamento estável e acompanhamento técnico;



Cumprir as obrigações de logística reversa por parte das empresas, com rastreabilidade e contrapartida financeira;



Estimular a educação ambiental e a comunicação social como instrumentos de transformação cultural, e



Ampliar o diálogo internacional entre catadores da América Latina, para compartilhamento de experiências e fortalecimento de redes regionais.



As falas reunidas no **VOZES DAS CATADORAS** convergem em um ponto central: não falta força de trabalho, nem compromisso com a sustentabilidade; falta estrutura, financiamento e vontade política.

O reconhecimento dos catadores e catadoras como agentes centrais da economia circular é indispensável para que o Brasil avance em uma reciclagem justa, eficiente e inclusiva. O caderno reforça o papel da ABES e de suas câmaras temáticas como espaços de escuta qualificada, articulação e construção de políticas públicas transformadoras.

As vozes reunidas neste caderno representam mais do que depoimentos — são atos de resistência, amor e reconstrução coletiva. Cada palavra expressa a luta por reconhecimento, dignidade e igualdade de oportunidades. As catadoras mostraram que a sustentabilidade nasce do chão, das ruas, dos galpões e da força feminina que sustenta a base da desejada economia circular no Brasil.

O que se ouviu aqui foi a tradução viva da Política Nacional de Resíduos Sólidos em movimento, im-

pulsionada não apenas por leis, mas por pessoas que transformam vulnerabilidade em potência social. Entre desafios e conquistas, ficou evidente que a coleta seletiva e a logística reversa só serão plenas quando as catadoras e catadores forem reconhecidas como trabalhadoras essenciais da sustentabilidade — com contratos, remuneração justa, capacitação e condições adequadas de trabalho.

Mais do que reivindicações, este documento é um chamado à ação: para que governos, empresas, universidades e cidadãos reconheçam que a justiça ambiental depende da inclusão produtiva e da valorização dessas mulheres. A reciclagem é um gesto coletivo, mas a transformação começa com quem, dia após dia, coleta, separa, educa e inspira.

As catadoras não pedem caridade — exigem respeito, políticas estruturantes e o direito de existir com dignidade.

SUAS VOZES, REUNIDAS NESTE CADERNO, ECOAM EM DEFESA DA VIDA, DO PLANETA E DA ESPERANÇA. SÃO VOZES QUE TRANSFORMAM O FUTURO.

GRUPO DE TRABALHOS



1 | GT LR E ECONOMIA CIRCULAR

Wagna Dantas | Coordenadora
Alice Libânia
Andrea Froes
Arthur Rosa
Bárbara B. Paulino
Diego Leite
Emília Rutkowski
Fabiana L. C. Santos
Flavia Mourão
Henrique F. Ribeiro
Lilian Rueda
Maria Consuelita
Marjolly Shinzato
Pedro Alves Duarte
Pegge Sayonara
Roseane Maria Garcia Lopes de Souza
Selma Clara de Lima
Vania Schneider
Wermersson Oliveira Daniel



2 | GT COLETA SELETIVA

Vânia Elisabete Schneider | Coordenadora
Alice Libânia
Ana Ruth do Rosário
Andrea Pereira Fróes
Andrea Portugal
Arthur Rosa Públio
Bárbara Cavalcanti
Cristiane Pimenta
Davi Cavalcante
Denise Pontes Duarte
Diego Leite
Elen Dânia
Elisangela M. Rodrigues
Elisangela Rodrigues Rocha
Ellen Santos
Emília Rutkowski
Fabiana Lúcia Costa Santos
Kelma Maria Nobre Vitorino
Luciana Ribeiro
Pedro Alves Duarte
Pegge Sayonara Mendes
Regia Lúcia Lopes
Rodolfo Oliveira Costa
Wagna Dantas
Wermersson Oliveira Daniel



3 | GT INDICADORES PARA GESTÃO SUSTENTÁVEL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Francisco Humberto | Coordenador

Adjane Damasceno

Ana Ruth Rosário

Bárbara B. Paulino

Bárbara Cavalcanti

Claudia Nobrega

Darci Campani

Denise Pontes Duarte

Diego Leite

Lilian Rueda

Pedro Alves Duarte

Regia Lopes

Suellen Galvao

Rodolfo Oliveira da Costa

Thayla Fialho



6 | GT COMUNICAÇÃO

Heliana Kátia Tavares Campos | Coordenadora

Barbara Cavalcanti

Beliane Xavier

Fabiana Lúcia Costa Santos

Joel Dias da Silva

Monica Alves



4 | GT RESÍDUOS DE SAÚDE

Roseane Garcia | Coordenadora

Allan Jonas Duarte

Andréa Fróes

Barbara Cavalcanti

Joel Dias da Silva

Juliana do Amaral Moreira Conforti Vaz

Maeli Estrela Borges

Moshe Dayan Rosa

Rodolfo Oliveira da Costa

Ronaldo Malheiros

Vânia Schneider



5 | GT ESTRUTURAÇÃO DA COBRANÇA MANEJO RSU

Elen Santos | Coordenadora

Adjane Damasceno

Alice Libânia

Diego Leite

Flavia Mourão

Lilian Rueda

Marjolly Shinzato

Pedro Duarte

Pedro Heller

Rodolfo Oliveira da Costa

Thayla Fialho



7 | GT ATLAS DOS LIXÕES

Adjane Damasceno | Coordenadora
Alice Libânia
Ana Catarina
Davi Cavalcante
Diego Leite
Francisco Humberto
Luciano Rodrigues
Marjolly Shinzato
Mateus Cunha
Moshe Dayan Rosa
Paulo Samuel
Pedro Heller
Roseane Maria Garcia Lopes de Souza



8 | GT DIADESOL

Paulo Robinson da Silva Samuel | Coordenador
Ana Ruth do Rosario
Bárbara Cavalcanti
Emília Rutkowski
Fábio Severo
Jussara Kalil
Luciana Ribeiro
Monica Alves
Regia Lúcia Lopes
Wagna Dantas



9 | GT RESÍDUOS SÓLIDOS ORGÂNICOS

Darci Campani | Coordenador
Arthur Rosa Públio
Barbara Cavalcante
Beliane Xavier
Claudia Nobrega
Diego Leite
Elisangela M. Rodrigues
Emília Rutkowski
Marjolly Shinzato
Monica Abreu Azevedo
Paulo Samuel
Raphael Tobias
Regia Lopes
Rodolfo Oliveira da Costa



10 | GT ROTAS TECNOLÓGICAS

Davi Cavalcante | Coordenador
Andrea Portugal
Ricardo Tierno
Roseane Maria Garcia Lopes de Souza

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste Caderno só foi possível graças à força, à sabedoria e à generosidade das catadoras de materiais recicláveis que compartilharam suas histórias, vivências e esperanças.

Suas vozes ecoam nestas páginas como expressão de resistência, dignidade e compromisso com um futuro mais justo e sustentável para o país.

Agradecemos às cooperativas, associações e redes de catadoras e catadores de todas as regiões do Brasil que participaram das atividades do Pitch das Catadoras, durante a II Conferência Internacional de Resíduos Sólidos e Saneamento (CIRSOL 2025), e do Webinar **VOZES DAS CATADORAS**: Demandas e Perspectivas, contribuindo com depoimentos, ideias e propostas que fundamentaram este trabalho coletivo.

Registramos nossa gratidão às integrantes dos Grupos de Trabalho de Comunicação, Coleta Seletiva e DIADESOL da Câmara Temática de Resíduos Sólidos (CTRS) da Associação Brasileira de Enge-

nharia Sanitária e Ambiental (ABES Nacional), pelo apoio técnico, institucional e pela dedicação em todas as etapas de construção deste Caderno.

Nosso reconhecimento também ao ICIMA – Instituto de Cooperação Internacional para o Meio Ambiente e à CIRSOL – Conferência Internacional de Resíduos Sólidos e Saneamento, pela parceria, escuta e compromisso com a valorização das trabalhadoras da reciclagem e a promoção da justiça ambiental.

A todas e todos que, de diferentes formas, contribuíram com seu tempo, conhecimento, sensibilidade e energia — autoras e autores, colaboradoras e colaboradores, instituições de apoio e equipes de comunicação — o nosso sincero agradecimento.

Este Caderno é dedicado às pessoas que, com o trabalho da reciclagem, sustentam suas famílias e transformam o que o mundo descarta em dignidade, renda e esperança — construindo, com suas mãos, um futuro possível.



ISBN: 978-65-87633-12-1

CDL



9 786587 633121

CADERNO
TEMÁTICO
DE RESÍDUOS
SÓLIDOS | VOLUME 1

VOZES DAS CATADORAS

UM DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA
SANITÁRIA E AMBIENTAL – ABES/DN



Avenida Beira-Mar, 216,
13º andar, Rio de Janeiro-RJ
CEP:20021-060



relacionamento@abes-dn.org.br



Tel.: (21) 2277-3900



<https://abes-dn.org.br/>